

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.733.941 - RS  
(2020/0184511-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : J C M**  
**ADVOGADOS : LENITA TERESINHA WERNER GIORDANI - RS018707**  
**ANAEL FERRARI E OUTRO(S) - RS038067**  
**EMBARGADO : A F**  
**ADVOGADOS : ADEMAR ANTUNES DA COSTA - RS015736**  
**DENISE TERESINHA BACK - RS037343**

### **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por J C M em face da decisão que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial, nos termos do art. 21-E, inciso V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Sustenta a parte embargante a existência de omissão na decisão embargada, ao argumento de que restou indevida a majoração dos honorários advocatícios, conforme previsto no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Os embargos não comportam acolhimento.

Conforme dicção do Enunciado Administrativo n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, "somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC".

Ademais, o novo Código de Processo Civil, ao prever o instituto da majoração dos honorários advocatícios em razão do julgamento de recurso, condicionou sua aplicação aos processos cíveis, desde que haja prévia fixação de honorários pela instância *a quo*. Do mesmo modo, estabeleceu limites percentuais nos §§ 2º e 3º do seu art. 85, os quais, no caso concreto, já foram alcançados.

*In casu*, houve prévia fixação dos honorários em sentença, no importe de 10% sobre o valor da causa, diante da sucumbência recíproca (cf. fls. 843).

Assim, não há qualquer irregularidade sanável por meio dos

# *Superior Tribunal de Justiça*

presentes embargos, porquanto toda a matéria posta a apreciação desta Corte foi julgada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente